

Geração Brasília

Informativo do Senador Rollemberg PSB/DF



Código Florestal aprovado

Texto do Senado traz inovações como a obrigatoriedade de recomposição de Área de Preservação Permanente (APP) nas margens de rios e nascentes.

Entre os melhores parlamentares

Jornalistas e internautas escolhem Rollemberg como um dos melhores senadores em votação do Prêmio Congresso em Foco. Socialista também fica entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional em lista elaborada pelo Diap.

Página 3

Em defesa da democracia e da inclusão social

A ampliação dos instrumentos de participação popular e a inclusão social têm sido as principais bandeiras do mandato de Rollemberg no Senado.

Página 4

Recursos garantem melhorias para o DF

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, os deputados e senadores da capital priorizaram a área de saúde.

Página 8

Projeto altera índices de aplicação do FCO

Proposta do senador prevê que no DF 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) possam ser investidos em atividades de comércio e serviços.

Página 10

Qualidade de vida para o Entorno

Socialista propôs ao GDF utilizar recursos para investimentos no Entorno. Ideia gerou polêmica e surtiu efeito desejado. Atores importantes da política acordaram para a questão.

Página 11



Lutando pelos interesses da população

Atuação de deputados e senadores do DF junto ao governo Dilma impede a transferência de várias diretorias e de centros de serviços do Banco do Brasil para São Paulo. Mudança provocaria grandes prejuízos ao DF, com impactos econômicos, políticos e sociais. Página 9



Ao longo de 2011, no Senado Federal, debatemos, votamos e aprovamos diversas propostas que promoveram conquistas representativas para a nossa população.

A título de exemplificação cito as aprovações do Código Florestal, da Lei de Acesso à Informação Pública (todos os brasileiros vão poder consultar documentos e informações da administração pública) e da lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. Essa comissão terá como objetivo esclarecer os casos de violação de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988, inclusive o período da ditadura militar.

No plano local, tive a satisfação de ver uma lei de minha autoria ser colocada em prática. Depois de mais de 30 anos de luta, os produtores rurais do DF começaram a assinar seus contratos de concessão

de uso do imóvel com opção de compra. O trabalho dos deputados e senadores do DF também foi intenso. A Bancada de parlamentares do DF, a qual tenho a honra de coordenar, destinou recursos para obras importantes e defendeu os interesses do povo de Brasília. Destaco a mobilização contra a transferência de várias diretorias e centros de serviços do Banco do Brasil para São Paulo. A mudança provocaria grandes prejuízos econômicos ao DF, com impactos políticos e sociais.

Dedico o melhor da minha capacidade e me comprometo, todos os dias, em exercer o meu mandato com firmeza de caráter e lealdade aos princípios da ética e da verdade, que sempre nortearam minha trajetória pessoal e política. Tenho consciência de que temos um longo caminho a percorrer e conto com a sua participação.

Boa leitura!

Rollemberg em números

(*) Dados contabilizados até o dia 30/11/2011



“Sou um senador socialista. Além do inegociável compromisso com a ética, sinto-me contingenciado pelo compromisso de lutar pela redução das desigualdades sociais e regionais. Esse é o grande desafio que nossa geração terá de enfrentar.”

Entre os melhores parlamentares

Jornalistas e internautas escolhem Rollemberg como um dos melhores senadores em votação do Prêmio Congresso em Foco. Socialista também fica entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional em lista elaborada pelo Diap

Foto: Congresso em Foco



Essa foi a quarta vez que Rollemberg foi agraciado com o Prêmio Congresso em Foco

Neste ano, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) teve sua atuação parlamentar reconhecida e premiada. Pelo quarto ano consecutivo, o socialista foi escolhido por jornalistas, que cobrem o trabalho no Congresso Nacional para receber o Prêmio Congresso em Foco. O parlamentar está entre os dez melhores senadores e entre os congressistas que mais trabalharam pela defesa do consumidor em 2011. A votação contou com a participação de 267 jornalistas, na primei-

ra fase, e internautas, na segunda.

Rollemberg também ficou entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional pela quinta vez consecutiva (2007, 2008, 2009, 2010 e 2011). A lista é elaborada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e leva em consideração qualidades e habilidades dos parlamentares escolhidos. O socialista se destaca por ser um excelente articulador.

Medalhas

O senador ainda recebeu do Governo do Distrito Federal a medalha “Mérito Segurança Pública do DF”, que reconhece a dedicação e o espírito cívico dos cidadãos que colaboram com o trabalho da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), e foi condecorado com a medalha “Mérito Comercial” da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF).

Em defesa da democracia e da inclusão social

Foto: Júlio Cecílio



Para Rollemberg, internet é um direito social

No Senado Federal, Rodrigo Rollemberg apresentou 23 proposições – quatro propostas de emenda à Constituição (PECs) e 19 projetos de lei. A ampliação dos instrumentos de participação popular e a inclusão social têm sido as principais bandeiras do mandato do parlamentar.

Uma das propostas, a PEC 63/2011, prevê a redução do número de assinaturas necessárias à apresentação de projetos de iniciativa popular, como o que resultou na Lei da Ficha Limpa.

Atualmente, uma proposta dessa natureza precisa receber o apoio de 1% do número total de eleitores registrados, o que representa 1,3 milhão de assinaturas. Se a PEC for aprovada, o número cairá para 490 mil (0,5% dos votos válidos na última eleição de deputados federais).

Rollemberg também quer garantir, por meio da PEC 27/2011, que todas as proposições referentes à reforma do sistema político-eleitoral só entrem em vigor caso sejam aprovadas por referendo. O senador ainda apresentou proposta que inclui o acesso à internet entre os direitos sociais assegurados pela Constituição.

Veja as principais propostas de Rollemberg

- PEC 3/2011** - reduz o número de assinaturas necessárias à apresentação de projetos de iniciativa popular;
- PEC 6/2011** - introduz, no rol dos direitos sociais, o direito ao acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet);
- PEC 27/2011** - estabelece que as leis que disponham sobre matéria referente à reforma do sistema político-eleitoral somente entrarão em vigor se forem aprovadas em referendo;
- PEC 29/2011** - estabelece que os administradores regionais no DF sejam escolhidos por meio de eleições diretas;
- PLS 648/2011** - eleva a 50% o percentual máximo do setor de serviços na carteira de financiamentos do FCO destinada ao Distrito Federal;
- PLS 72/2011** - amplia os benefícios previdenciários dos aposentados que retornarem ao mercado de trabalho; APROVADO NO SENADO
- PLS 74/2011** - inclui o artesanato como segurado especial da Previdência Social;
- PLS 110/2011** - altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar;
- PLS 111/2011** - institui a Política Nacional de Tecnologia Social;
- PLS 112/2011** - obriga a distribuição, no ato da venda de veículos automotores, da Cartilha Nacional de Educação no Trânsito e de dados oficiais sobre mortalidade causada por acidente de trânsito;
- PLS 113/2011** - permite o transporte gratuito de uma bicicleta (com peso máximo de 30 kg, e com volume de até 300 decímetros cúbicos) por passageiro, dispensada a apresentação de nota fiscal, nos ônibus interestaduais e internacionais;
- PLS 114/2011** - inclui a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos espaços privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- PLS 115/2011** - viabiliza o seguro-desemprego para o empregado doméstico que tiver trabalhado por período mínimo de 15 meses nos últimos 24 meses, mesmo que o empregador não o tenha inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); APROVADO NO SENADO
- PLS 116/2011** - determina que a elaboração do plano diretor dos municípios seja orientada por carta geotécnica, com base em critérios técnicos de segurança geológica, para evitar a repetição de acidentes causados por condições climáticas; APROVADO NO SENADO
- PLS 154/2011** - torna obrigatória a nomeação de candidato aprovado em concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos da União, dentro das vagas previstas no edital;
- PLS 279/2011** - inclui o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social;
- PLS 581/2011** - obriga os hospitais do país a manterem um Programa de Prevenção de Erros de Medicação – PPEM;
- PLS 387/2011** - dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil;
- PLS 221/2011** - instituição do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE);
- PLC 78/2008** - Estende incentivos especiais ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária.

Trabalho bem-sucedido

No primeiro ano sob a presidência do senador Rollemberg, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisou e aprovou projetos importantes, promovendo diversas ações em suas áreas temáticas, sobretudo no que diz respeito a questões voltadas à preservação ambiental.

As reuniões e audiências públicas promovidas pela CMA abordaram assuntos complexos e discussões profundas sobre o Código Florestal; a economia verde; os gastos governamentais com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20; o Programa Nuclear Brasileiro; a Lei de Licitações; e a atualização do Código de Defesa do Consumidor.

Formada por 17 senadores titulares e igual número de suplentes, a Comissão ainda realizou diligências para conhecer projetos de agricultura sustentável e de restauração de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de reserva legal.

Os senadores também visitaram usinas hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, onde estavam ocorrendo conflitos trabalhistas, e conheceram as instalações das usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em São Paulo.

“Neste ano, discutimos muitos assuntos estratégicos para o crescimento e desenvolvimento do país. Focamos na área ambiental, devido à importância do tema. No próximo ano, o colegiado continuará debruçado sobre questões ambientais, mas ampliaremos o trabalho nas áreas de defesa do consumidor e fiscalização e controle dos gastos públicos.”



Futuro Código Florestal traz avanços consolidados na CMA

O texto do novo Código Florestal aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) trouxe diversos avanços, como a obrigatoriedade de recomposição de Área de Preservação Permanente (APP) nas margens de rios e nascentes e a proibição de regularização das futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa nessas localidades.

O objetivo dos parlamentares ao estabelecer maior proteção a essas áreas visa salvaguardar os recursos hídricos e a biodiversidade, que são imprescindíveis à sobrevivência humana e à produção agrícola.

De acordo com o presidente da CMA, Rollemberg, graças ao clima de entendimento que marcou a tramitação do projeto no Senado outras inovações foram possíveis, como por exemplo a inclusão dos mangues (em toda sua extensão) e das veredas na condição de APP.

Uma das emendas de Rollemberg aprovadas no projeto insere entre os métodos de recuperação de APP a regeneração natural de espécies nativas, o que facilita a recomposição de áreas desmatadas. Segun-

do estudos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), de São Paulo, essa técnica pode ser aplicada com sucesso em 80% do país.

Também por iniciativa do senador do PSB no projeto consta dispositivo através do qual a Câmara de Comércio Exterior (Camex) adotará medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que desrespeitam padrões de proteção ao meio ambiente, de acordo com a legislação do Brasil.

Rollemberg avalia que os senadores trabalharam para aumentar a segurança jurídica do novo Código Florestal sem reduzir os parâmetros de preservação e, ao mesmo tempo, buscando incentivos para a agricultura e a adoção de instrumentos econômicos voltados à preservação do meio ambiente.

“Aprovamos um código compatível com a realidade brasileira, que alia desenvolvimento agrícola e preservação ambiental”



Especialistas e sociedade no centro do debate

Na CMA, a discussão em torno da reforma do Código Florestal foi ampla e envolveu especialista no tema e diversos segmentos da sociedade. O colegiado promoveu, ao total,

18 audiências públicas com o objetivo de melhorar o texto elaborado pela Câmara dos Deputados. Foram convidados para o debate, o relator da proposta na Câmara, o então deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP); a comunidade científica; a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; produtores rurais representados pela Fetaf, Contag e CNA; quatro ex-ministros do Meio Ambiente; três ex-ministros da Agricultura; juristas renomados, entre eles o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, o ministro Herman Benjamin e o professor Paulo Afonso Lima Machado; deputados que representam o Parlamento Amazônico; cafeicultores de Minas Gerais; deputados estaduais; e especialistas e pesquisadores de áreas urbanas, florestas, e bacias hidrográficas.

Entenda o novo Código Florestal

- O novo texto mantém dimensões das Áreas de Preservação Permanente (APP). Considera-se APP em zonas ru-

rais ou urbanas:

- *As faixas marginais de 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura.*

- *As faixas marginais de 50 metros, para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura.*

- *As faixas marginais de 100 metros, para os cursos d'água que tenham de 50 a 200 metros de largura.*

- *As faixas marginais de 200 metros, para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura.*

- *As faixas marginais de 500 metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros de largura.*

- Mantém 80% de Reserva Legal na Floresta Amazônica e 20% nos outros biomas;

- Obrigatoriedade de recomposição de vegetação em APP de 15 metros para rios de até 10 metros de largura e de 30 e 100 metros para rios mais largos;

- Novos empreendimentos imobiliários urbanos deverão garantir 20m²/hab de áreas verdes;

- Construção de instrumentos econômicos, autorizando o Executivo a instruir programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação de meio ambiente;

- Definição do conceito de faixa de passagem de inundação para proteger a ocupação nas cidades, ga-

rantindo segurança para as pessoas que moram nas cidades.

- Autorização para que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) adote medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com os estabelecidos pela legislação brasileira;

- Impossibilidade de fracionamento futuro de imóvel rural para se beneficiar da regra que dispensa as propriedades de até 4 módulos fiscais da recomposição da Reserva Legal;

- Definiu-se também a recomposição de Áreas de Preservação Permanente das nascentes, garantindo um raio mínimo de trinta metros;

- Qualquer futura intervenção ou supressão de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente, fora das situações previstas na lei, não serão regularizadas;

- Prazos (um ano, prorrogável uma única vez, por igual período) para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), para a implantação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) e para adesão ao Programa;

- A concessão de crédito agrícola pelas instituições financeiras oficiais ficará condicionada à inscrição da propriedade no CAR e à comprovação de sua regularidade nos termos da lei.

O que é?

Elaborado por uma equipe técnica, em 1934, o Código Florestal foi criado para regulamentar a exploração da terra no Brasil. É essa norma que estabelece a obrigação de se preservar áreas sensíveis e de se manter uma parcela da vegetação nativa no interior das propriedades rurais. São as chamadas áreas de preservação permanente (APPs) e reserva legal. O Código está sendo alterado, porque existe a necessidade de adaptar as leis nacionais à realidade brasileira e mundial. O atual foi modificado várias vezes por decreto e medidas provisórias.



Recursos garantem melhorias para o DF

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, os deputados e senadores da capital priorizaram a saúde. Em suas emendas individuais, Rollemberg deu preferência a projetos nas áreas de saúde, tecnologia, preservação ambiental e desenvolvimento regional



Após várias reuniões para discutir os pedidos de emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, os deputados e senadores do DF decidiram priorizar a saúde nas emendas de bancada. A área recebeu quatro emendas.

“Destinamos recursos para o Centro de Oncologia do HFA, para o Hospital Universitário da Universidade de Brasília, para o Hospital da Criança e para o Hospital Sarah Kubitschek”, detalha Rollemberg.

Para decidir a destinação das emendas, a Bancada do DF se reuniu com representantes de todas as instituições interessadas e de órgãos do GDF. Coordenador da bancada, o senador conversou com o governador do DF, Agnelo Queiroz, e transmitiu aos parlamentares as prioridades do governo.

“Neste ano, atendemos a um maior número de instituições por acreditarmos que assim teremos mais chances de execução das emendas”, explica Rollemberg. O projeto da LOA normalmente sofre cortes de valores e é apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional antes de ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

Em suas emendas individuais, o socialista priorizou projetos nas áreas de saúde, tecnologia, preservação ambiental e desenvolvimento regional.

Emendas da bancada do Distrito Federal para a LOA 2012

- Implantação do trecho ferroviário Brasília/DF – Luziânia/GO;
- Atendimento médico qualificado na rede de Hospitais Sarah;
- Ampliação do Hospital da Criança;
- Drenagem urbana sustentável e manejo de águas pluviais;
- Drenagem e Pavimentação dos condomínios Pôr-do-Sol/Sol Nascente, em Ceilândia;
- Implantação do Veículo Leve sobre Pneus – VLP Norte (Trecho Planaltina – Plano Piloto);
- Ampliação do Centro de Convenções;
- Fomento às incubadoras de empresas e parques tecnológicos – FAP/DF;
- Adequação de trecho rodoviário na BR-080 (Taguatinga-Brasília);
- Construção do Serviço Integrado de Oncologia do Hospital das Forças Armadas;
- Investimento no Hospital Universitário (HUB) da Universidade de Brasília (UnB);
- Construção, equipamento e implantação da Embrapa Quarentena Vegetal;
- Implantação da Circunscrição Judiciária da Região Administrativa do Itapoã;
- Construção de sedes próprias para a Procuradoria Geral do Trabalho e Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região;
- Recursos para Infraestrutura Econômica e Social no âmbito da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno);
- Adequação de trecho rodoviário na BR-450 (Balão do Torto até o Colorado);
- Adequação de trecho rodoviário na BR-060 (na divisa DF-GO).

Deputados e senadores impedem esvaziamento do Banco do Brasil em Brasília

“*O BB estava promovendo a transferência de várias diretorias para São Paulo. Essa movimentação foi freada graças à atuação da Bancada do DF*”



Em reunião com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, Rollemberg explica movimentação do BB, que traria prejuízos para a capital do país.

Ao longo de 2011, os deputados e os senadores do DF se mobilizaram para defender os interesses de Brasília. “Nosso papel é lutar pelo Distrito Federal”, destaca o coordenador da bancada, Rollemberg. Em setembro, os parlamentares se mobilizaram contra o esvaziamento do Banco do Brasil em Brasília, após informações publicadas pela imprensa.

A Bancada do DF divulgou uma nota repudiando a movimentação e a transferência de várias diretorias e de centros de serviços para São Paulo, exigindo que a situação fosse revertida, pois provocaria grandes prejuízos ao DF, com impactos financeiros, políticos e sociais.

Os parlamentares se reuniram com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para tratar do assunto. Além disso, apresentaram requerimento de informações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando os dados detalhados sobre essa movimentação no Banco do Brasil, assim como seus impactos e motivações.

Um dos requerimentos foi respondido pela instituição e não desmente a transferência de setores, diretorias e fun-

cionários de Brasília para São Paulo. “Acredito que o BB estava promovendo a transferência de várias diretorias para SP. A próxima seria a diretoria de marketing. Esta movimentação foi freada graças à atuação da Bancada do DF e às informações divulgadas pela imprensa”, afirma Rollemberg.

Em abril, os parlamentares se uniram pela Universidade de Brasília (UnB), afetada por fortes chuvas que alagaram instalações da UnB e inutilizaram materiais e equipamentos. Os danos foram avaliados em torno de R\$ 20 milhões.

Os parlamentares se reuniram com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para buscar a liberação de recursos para investimentos na UnB, no menor prazo possível, e cobraram do GDF a revitalização das galerias de águas pluviais da universidade e da Asa Norte. Eles ainda se reuniram com o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Adams, para pedir provisoriamente o Clube dos Servidores para uso da UnB durante as reformas.

Projeto altera índices de aplicação do FCO



Senador discutiu o assunto com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra

O senador Rollemberg apresentou projeto de lei para alterar os índices de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Atualmente, 80% dos recursos do fundo precisam ser investidos pelos estados em agropecuária e indústria e, apenas, 20% em comércio e serviços.

O projeto prevê que no DF possam ser aplicados até 50% da dotação reservada do FCO em empreendimentos de comércio e serviços.

"Ao limitar a 20% a aplicação dos recursos do FCO nos dois setores produzimos uma distorção. Por quê? Porque 94% da economia do DF são compostos pelo setor de comércio e serviços, devido à realidade geográfica, social e econômica da nossa capital", explica o

parlamentar.

A agropecuária é responsável por 0,37% do Produto Interno Bruto (PIB) do DF e a indústria por 5,62%. Na prática, o DF, na média dos últimos anos, utiliza apenas 9,6% dos recursos do FCO, quando teria direito a 19%. "Temos que corrigir essa distorção que vem atrapalhando o desenvolvimento e reduzindo recursos de financiamento para o desenvolvimento do Distrito Federal e da região do Entorno", diz Rollemberg.

Debate produtivo

Para tratar do assunto, o socialista já se reuniu com representantes do GDF, do setor produtivo e discutiu o assunto com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

A ideia agora é convocar a Bancada de deputados e senadores do DF no Congresso

Nacional para também debater a proposta entre os parlamentares.

Mais R\$ 61 milhões para comércio e serviços

Além de apresentar projeto alterando os índices de aplicação do FCO, Rollemberg também participou da articulação, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e com o setor produtivo, para ampliar os recursos destinados aos setores de comércio e serviços no DF. Segundo decisão do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), essas áreas passarão a receber R\$ 255,8 milhões, ou seja, R\$ 61 milhões a mais do que neste ano.

Novo estímulo ao desenvolvimento do Centro-Oeste

A recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) é uma das soluções para o crescimento econômico e social não só dos estados que compõem a região, mas de todo o país. Essa é a avaliação do senador Rollemberg. Durante discurso no plenário do Senado, o parlamentar do DF lembrou que a instituição foi responsável por tornar o Centro-Oeste uma região economicamente importante para o Brasil. Na sua avaliação, a nova Sudeco, presidida pelo socialista Marcelo Dourado, deve lutar para reduzir a desigualdade e conciliar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental no Centro-Oeste.



Nova Sudeco tem os desafios de reduzir a desigualdade e conciliar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental

Qualidade de vida para o Entorno do DF

A população do Entorno do Distrito Federal sofre há muito tempo com a falta de políticas públicas nas áreas de saúde, transporte, segurança, educação e infraestrutura. Parte do problema é claro: o orçamento para a região é limitado. Outra parte envolve a questão institucional: melhoria de gestão, mais organização, fim da corrupção e dos desvios de recursos.

Para tentar resolver a vida de quem mora na região, Rollemberg propôs ao Governo do Distrito Federal utilizar parte do seu orçamento para investir no Entorno.

Pela ideia do senador, Goiás investiria o mesmo valor e os recursos seriam geridos por consórcios públicos formados por Goiás e DF. A verba serviria para contratar médicos, professores e policiais para atuarem nas cidades mais pobres e fronteiriças ao DF.

“O Entorno vem sendo vítima de omissão histórica dos governos de Goiás e do DF e as intervenções pontuais estão longe de propiciar qualquer mudança qualitativa nessa relação. Chega de omissão. Temos que ter coragem pra debater e avaliar propostas”, argumenta Rollemberg.



Para Rollemberg, o Entorno é vítima de omissão histórica dos governos de Goiás e do DF e as intervenções estão longe de propiciar mudanças

Audiências

No Senado, o socialista sugeriu uma série de audiências públicas, que se estenderão pelo ano de 2012, sobre o tema, para ouvir pesquisadores, autoridades, empresários e representantes da sociedade civil. “Fico feliz, porque o debate, enfim, começou. O fundamental é haver disposição política e entendimento de que promover o desenvolvimento do Entorno é justo e é uma questão prioritária para a sobrevivência do DF”, afirma o parlamentar.

Lei de regularização das terras

Produtores rurais assinam os primeiros contratos de concessão

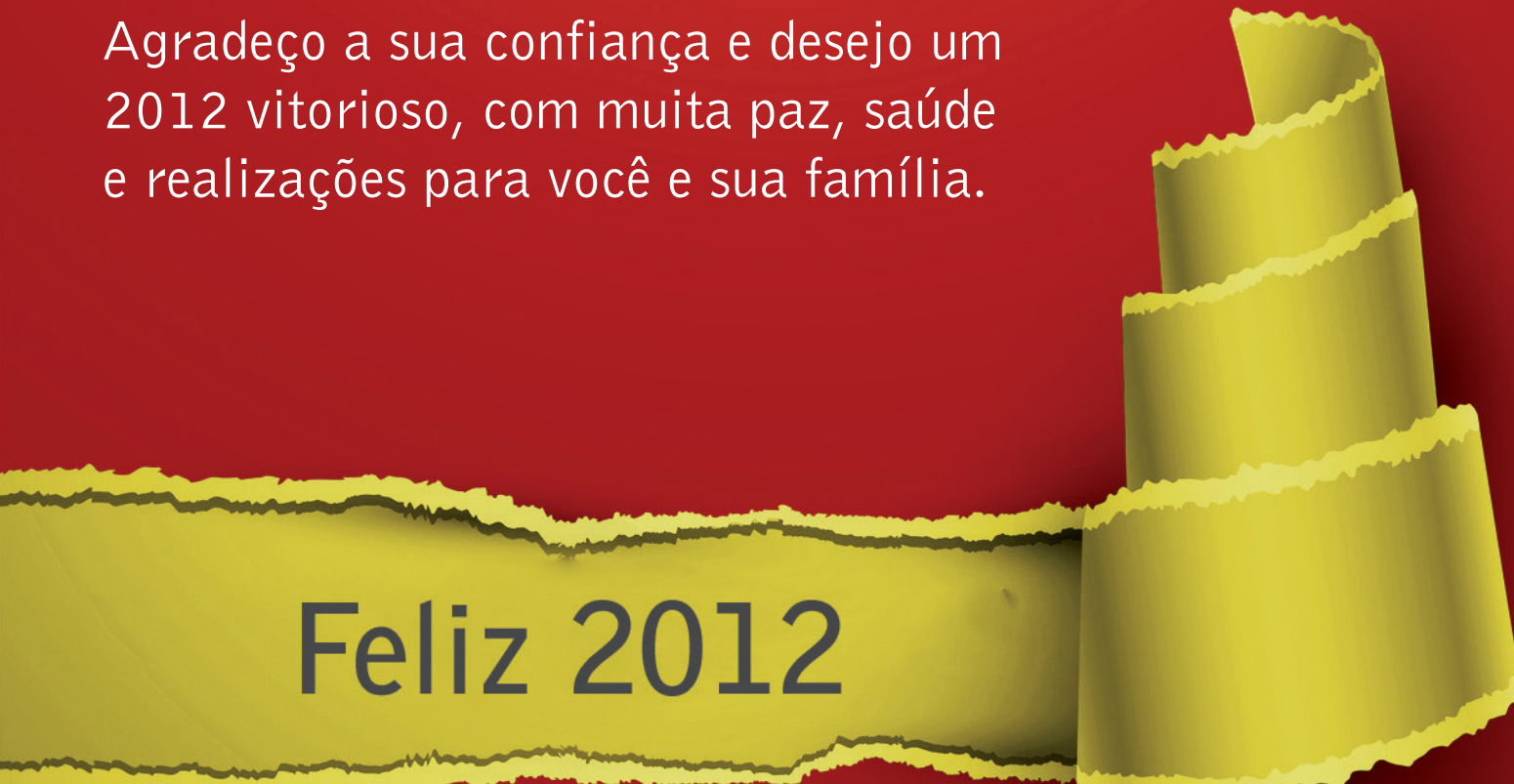
A luta dos produtores rurais do Distrito Federal pela regularização de suas terras, finalmente, teve um desfecho vitorioso. O GDF entregou os primeiros contratos de concessão de uso de imóveis rurais com opção de compra. Isso foi possível graças a Lei da Titulação das Áreas Rurais, de autoria de Rollemberg. A medida possibilita que 20 mil produtores rurais saiam da ilegalidade.

Acordo de cooperação para ferrovia Brasília-Luziânia

Recentemente, Rollemberg também participou da solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação entre o Governo Federal e os governos do DF e de Goiás para desenvolver o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantação de uma linha férrea de transporte de passageiros entre Brasília e Luziânia. Atualmente, a linha é utilizada somente para transporte de cargas. “A mudança poderá beneficiar 500 mil pessoas, que terão um transporte digno, seguro e barato. Esse é o primeiro passo para viabilizar um projeto que é o sonho de todos os moradores do Entorno Sul do DF”, pondera o senador.

Em 2011 tive a grande satisfação de renovar o meu compromisso de trabalhar para construir um Brasil justo, solidário e generoso.

Agradeço a sua confiança e desejo um 2012 vitorioso, com muita paz, saúde e realizações para você e sua família.



Feliz 2012

Rodrigo Rollemberg

expediente


Redação: Cíntya Feitosa, Dinéz Costa, Sandra Turcato, Tarciso Nascimento
Fotografia: Sheyla Leal
Jornalista Responsável: Tarciso Nascimento - 7092/DF
Projeto Gráfico: Danilo Mello

Senado Federal, ala senador Filinto Muller, gabinete 05
Telefone.: 3303-6640 Fax.: 3303-6647
CEP: 70.165-900

E-mails: rodrigo@rollemberg.com.br ou rollemberg@senador.gov.br

www.rollemberg.com.br  